

Imagens e narrativas sobre trabalhadores rurais do Nordeste do Brasil (1960 – 1963)

Pablo F. de A. Porfírio<sup>1</sup>

**Resumo:**

Este artigo toma o assassinato de cinco trabalhadores rurais na esplanada da Usina Estreliana como ponto de partida para a análise da luta por direitos trabalhistas na Zona da Mata de Pernambuco. Investiga-se como além da violência, articulou-se uma narrativa escrita e visual para classificar, qualificar e criar significados para a ação reivindicatória dos trabalhadores rurais. Estuda-se ainda como os textos e as imagens publicadas na imprensa criavam uma justificativa para um possível operativo repressivo articulado por latifundiários e setores do Estado no ano de 1963.

Ribeirão, Zona da Mata Sul de Pernambuco, 07 de janeiro de 1963. Era manhã de uma segunda-feira. Quase uma centena de trabalhadores rurais, homens e mulheres, e algumas crianças dos engenhos São Miguel, São José dos Palhados e Esperança se dirigiram ao escritório da Usina Estreliana. Os jornais da época estimaram que entre 70 e 100 pessoas saíram de suas casas e marcharam em direção a sede da usina pertencente ao deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB –, José Lopes de Siqueira Santos.

O usineiro era um dos mais conhecidos produtores de cana-de-açúcar do estado. Atuava também como um importante líder político da elite agrária de Pernambuco. Era ainda conhecido por suas práticas de violência contra trabalhadores e moradores da região. Costumava andar com um “cipó de boi”, chicoteando publicamente os empregados que ele julgava necessário. Em alguns momentos exercia as funções de polícia e justiça. Determinada vez, um homem foi acusado de violentar uma menina e por isso foi preso a mando do dono da Usina Estreliana. Torturado durante alguns dias na própria delegacia de polícia – seus pés teriam sido pregados ao chão da cela –, o

---

<sup>1</sup> Professor do Colégio de Aplicação da UFPE. Essa pesquisa foi financiada por uma bolsa de Pós-doutorado Junior PDJ/CNPq.

indivíduo foi amarrado a um carro e arrastado pelas estradas de barro que cortavam os sítios e as moradas dos engenhos<sup>2</sup>.

Pode-se pensar essas práticas punitivas a partir das análises realizadas por Michel Foucault em seu livro *Vigiar e punir*. Para o autor, o suplício era a pena corporal que poderia levar o condenado a morte, utilizada na Europa até o final do século XVIII. Como um ritual, uma liturgia punitiva, ele tinha o objetivo de marcar, fisicamente, a vítima, mas também torná-la infame, produzindo uma memória daquela violência para as outras pessoas. Os sinais do suplício e sua lembrança pública não deviam se apagar. Por isso, eles se prolongariam mesmo depois da morte. Essa violência não era “qualquer violência corporal”. Mas, a “manifestação do poder que pune. [...] Nos ‘excessos’ dos suplícios, se investe toda economia do poder”. Ainda nesses casos, o excesso de violência é “próprio do cerimonial da justiça que se manifesta em sua força”<sup>3</sup>.

A lembrança pública da violência praticada por José Lopes podia existir entre os trabalhadores que se dirigiram a Estreliana naquela segunda-feira, 07 de janeiro de 1963. Ainda assim, vários deles deixaram suas casas e afazeres e foram tratar com o usineiro. O que teria movido dezenas de pessoas ao escritório da usina? Um dos trabalhadores presente era Antônio Farias da Silva, que havia sido convidado a participar do grupo por Zacarias Batista do Nascimento. O convite foi realizado no meio de uma conversa entre os dois na noite do domingo<sup>4</sup>.

Quando Antônio Farias, pai de dois filhos, saiu de casa na manhã da segunda-feira, falou a sua esposa que ia a Usina Estreliana receber *um tal de Natal*. No dia anterior, Zacarias Batista lhe havia dito que esse *tal de Natal era de lei e que o patrão tinha que pagar*. Essa não era uma informação totalmente nova para Antônio. Há alguns dias, outro Antônio, de sobrenome Gomes e vigia do engenho Esperança, também pertencente ao usineiro José Lopes, já tinha lhe contado essa história. Segundo o *Diário*

---

<sup>2</sup> Quando estive no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão, em julho de 2014, em busca de informações sobre conflitos na Usina Estreliana, fui recebido por alguns integrantes da diretoria. Foram eles que no meio de uma conversa informal me contaram essas histórias de violências praticadas por José Lopes de Siqueira Santos.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. pp. 31-32.

<sup>4</sup> As informações sobre o que aconteceu com Antônio Farias, apresentadas no decorrer desse primeiro tópico do artigo, foram retiradas da reportagem intitulada *Usina Estreliana: cinco mortos e três feridos num violento conflito ontem* publicada pelo *Jornal do Comércio* em 08 de janeiro de 1963, p. 15. APEJE.

de Pernambuco e o *Jornal do Comércio*, foi Antônio Gomes quem liderou o movimento.

O *tal de Natal* era o Abono de Natal ou 13º salário. O pagamento desse salário extra mobilizou os camponeses até o escritório da usina. Foi a lei nº 4090, de 13 de julho de 1962, que instituiu o direito dos trabalhadores receberem o pagamento desse benefício. Para as pessoas que foram ao escritório da Estreliana, contudo, circulava a história de que existia uma carta assegurando o direito de receber o *tal de Natal*. Zacarias Batista havia comentado com Antônio de Farias sobre a existência desse documento e argumentado que para receber o dinheiro era necessário que todos fossem tratar com o usineiro. Antônio nunca leu ou escutou a leitura da carta. Ele, contudo, afirmava: *Eu sei, doutor, que tinha uma carta. Eu vi de longe.*

O que ele viu, provavelmente, era um documento da Delegacia Regional do Trabalho, assinado pelo delegado Enoque Silveira, assegurando que aqueles camponeses tinham o direito de receber o pagamento do salário extra. Assim, na manhã de 07 de janeiro de 1963, quase 100 trabalhadores se dirigiram a Usina Estreliana esperançosos de receber o *tal de Natal*.

Quando José Lopes chegou ao escritório, interpelou os camponeses sobre o que eles desejavam e quem era o líder do movimento denominado por ele de grevista<sup>5</sup>. O diálogo não durou muito, afinal não era prática comum entre latifundiários e trabalhadores rurais. Foi interrompido por vários disparos de armas de fogo. Cinco camponeses acabaram morrendo. Existe a versão de que alguns trabalhadores tentaram atingir o usineiro com um facão e por isso houve uma reação por parte dos empregados da Estreliana, que saíram em defesa do patrão.

Essa narrativa dos acontecimentos, apresentada de modo mais ou menos uniforme pelo *Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio*, informa que houve um conflito e dele resultaram cinco trabalhadores mortos. Dois funcionários da usina – Severino Marinho de Souza e Antônio Mariano –, que teriam saído em defesa do usineiro, ficaram feridos por golpe de faca peixeira. Porém, a própria reportagem do *Diário de Pernambuco* sobre esse caso enfraquece a tese do conflito ao descrever como os trabalhadores, que foram reivindicar o 13º salário, foram mortos: *Ernesto Batista do*

---

<sup>5</sup> PORFIRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. da UFPE, 2009. p. 80.

*Nascimento e seu filho, João Batista, tombaram logo no local do tiroteio, enquanto Israel Batista do Nascimento (com tiro no tórax), Zacarias Batista do Nascimento (dois tiros de fuzil nas costas e um na perna direita), Antônio Faria da Silva (dois tiros de fuzil nas costas)*<sup>6</sup> foram levados para o hospital na cidade vizinha, Escada.

Os tiros de fuzil nas costas demonstram como o usineiro dispunha de um pesado armamento. A forma como os camponeses foram baleados, muito provavelmente, indica que eles estavam tentando fugir do local ou mesmo foram atingidos sem ter qualquer chance de defesa, pelas costas. Isso enfraquece a tese do conflito, que ainda deve ser questionada pelo fato de que os capangas dos usineiros tinham armas – fuzis –, enquanto os camponeses carregavam apenas seus instrumentos de trabalho. Os fuzis foram disparados para matar os trabalhadores e não apenas para proteger o usineiro, como defendem o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*. A própria reportagem do periódico indicava essa questão quando reproduziu mais um trecho da entrevista dada pelo camponês Antônio Faria: *Tantos tivessem, morriam, doutor. Se não morreu mais gente foi porque tudo correu*<sup>7</sup>.

Esse trabalhador contou sua versão do ocorrido à reportagem do jornal quando estava internado na enfermaria do hospital da cidade de Escada. Foram suas últimas palavras antes de falecer, vitimado pelos ferimentos causados pelos disparos de fuzil.

### **A morte na 1ª página**

A notícia da morte dos trabalhadores estampou a primeira página do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Comércio* no dia 8 de janeiro de 1963. Ocupou ainda uma página inteira dos seus respectivos Primeiro Caderno. Como já citei, as reportagens concordavam em linhas gerais que havia ocorrido um conflito entre trabalhadores dos engenhos São Miguel, São José dos Palhados e Esperança e os capangas e operários da Usina Estreliana. As reportagens desses dois jornais sobre o caso apresentaram uma boa quantidade de fotografias. Entre os dias 08 e 09 de janeiro, o DP publicou 10 imagens relacionadas diretamente ao ocorrido na usina, enquanto o JC divulgou 07 fotos.

---

<sup>6</sup> *Conflito na Usina Estreliana resulta em 4 trabalhadores mortos e 3 feridos*. *Diário de Pernambuco*, 08 de janeiro de 1963. p. 07. APEJE.

<sup>7</sup> *Jornal do Comércio*, 08 de janeiro de 1963. Op. Cit.

O discurso visual<sup>8</sup> dos periódicos destacou, principalmente, os personagens envolvidos nos acontecimentos. O DP publicou uma tríplice fotográfica na parte inferior direita da sua primeira página do dia 08 com a legenda: *Quatro mortos e três feridos num conflito em Ribeirão*<sup>9</sup>. As imagens foram produzidas pela equipe de reportagem do jornal, não sendo informado o nome do fotógrafo. Sobre cada imagem são publicadas as seguintes informações: a primeira retratava José Lopes falando sobre o conflito; a segunda apresentava o diretor do hospital de Escada pedindo garantias ao delegado local contra uma possível invasão das Ligas Camponesas; enquanto a última representava o flagrante de alguns trabalhadores presos<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Neste artigo, a fotografia é tomada como um documento histórico e por isso torna-se necessário conhecer o momento em que foi produzida, as suas intenções e os usos sociais nos quais foi inserida. Especificamente para as fotografias que circularam na imprensa, deve-se obter informações sobre o autor, em quais jornais circularam e as redes sociais e políticas destes. É necessário, portanto, se remeter aos contextos políticos e editoriais que cercaram o ato fotográfico. Não foi possível identificar o autor das imagens que apresento em seguida. Nesse caso, recorro aos editoriais dos jornais, com destaque par ao *Diário de Pernambuco*, para analisar as engrenagens políticas e editoriais que fizeram as imagens circularem. Assim, interessa-me identificar e estudar a formação de um discurso visual, que objetiva promover certas mensagens e conteúdos para o leitor. Sobre essa metodologia de trabalho com imagens ver CASTILLO TRONCOSO, Alberto Del. *Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968. La fotografía y la construcción de un imaginario*. México. Instituto Mora/CONACYT / Instituto de Investigaciones Sobre La Universidad y La Educación, 2012.

<sup>9</sup> *Diário de Pernambuco*, 08 de janeiro de 1963. p. 01. APEJE.

<sup>10</sup> *Diário de Pernambuco*. Op. Cit.



Figura 01 - Diário de Pernambuco, 08 de janeiro de 1963. 1ª página

A sequência visual da tríplice, junto com a legenda, narra uma história do ocorrido, procurando informar ao leitor a atuação de cada personagem. O usineiro aparece em destaque, contando sua versão dos fatos ao repórter, na qual aparece como vítima. Em seguida, surge a polícia, acionada para garantir a dita ordem social e a segurança de José Lopes. Mas também, segundo a reportagem, proteger o hospital de Escada, onde estavam internados os capangas do usineiro, contra uma possível ação das Ligas Camponesas. Essa informação colocava as Ligas e seus integrantes no lugar do criminoso, condição reforçada pela última imagem, que apresentava as pessoas presas logo após o acontecimento da manhã do dia 07, ou seja, alguns dos trabalhadores rurais que foram reivindicar o pagamento do 13º salário.

No dia seguinte, mais uma fotografia sobre o caso da Usina Estreliana ocupou o centro da primeira página do Diário de Pernambuco. Sua legenda dizia: *Tragédia da “Estreliana”*. O texto que a seguia informava ter sido a *sensacional fotografia*

conseguida pela equipe de reportagem do canal 6<sup>11</sup>, mas não informava o autor da imagem. Ainda de acordo com o texto, na foto aparecem as vítimas do ocorrido<sup>12</sup>.



Figura 02 - Diário de Pernambuco, 09 de janeiro de 1963. 1ª página.

<sup>11</sup> O Canal 6 referia-se a TV Clube e integrava o grupo Diários Associados.

<sup>12</sup> *Diário de Pernambuco*, 09 de janeiro de 1963. 1ª página. APEJE

Uma das conclusões mais imediatas ao se analisar a fotografia é a de que se trata de uma montagem. Ou seja, que se organizou o cenário de corpos, chapéus e as ditas armas, peixeiras ainda nas bainhas, em conformidade com alguns interesses. Nesse caso, interessava ao usineiro e a parte da imprensa demonstrar que a violência dos camponeses, a agitação e a subversão da ordem eram crescente nos canaviais de Pernambuco no início dos anos 1960. Essa conclusão inicial indica outro nível de análise para os usos da imagem. A fotografia aparece como um instrumento para a produção da imagem da subversão. Tomadas como a representação do real, as fotos publicadas nos jornais procuravam evidenciar as práticas subversivas e os seus agentes.

Personagens antes anônimos, como os trabalhadores rurais, ganhavam as páginas dos jornais e eram tema dos seus editoriais, sendo integrados à engrenagem que fazia circular a imagem da subversão da ordem nos canaviais de Pernambuco. Dar-se-ia a ver, por meio da fotografia, um ambiente subversivo para indicar os cidadãos suspeitos. Na fotografia de 1ª página do caso ocorrido na Usina Estreliana, os instrumentos utilizados no eito pelos trabalhadores rurais, colocados deitados e ordenados ao lado dos seus donos caídos, foram tomados como as armas com as quais se tentou matar o usineiro José Lopes. Identificava-se, assim, a prática subversiva composta pela violência e pela quebra da ordem que estaria sendo levada a cabo pelos trabalhadores.

Jornais como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio* já publicavam, desde o início dos anos 1960, fotografias de trabalhadores rurais. Desenvolviam uma narrativa visual que tratava de produzir a subversão e apresentar o cidadão suspeito. Em janeiro de 1960, no município de Ribeirão, o mesmo onde se localiza a Usina Estreliana, três trabalhadores rurais foram presos acusados de incendiar canaviais dos engenhos. Os dois jornais publicaram a mesma fotografia nas suas reportagens sobre o caso.



Ladeados por policiais, aparecem três dos incendiários que foram capturados pela volante da Polícia Militar, no município de Ribeirão

## Volante Da P.M. Capturou Mais Quatro Incendiários De Canaviais, Em Ribeirão

Figura 03 - Diário de Pernambuco, 14 de janeiro de 1960, p. 05

### Incêndios nos canaviais: Sargento faz relatório das atividades da volante

O sargento Severino Batista, um dos comandantes de patrulhas volantes, designadas pelo Secretário da Segurança Pública, a fim de policiar as zonas canavieiras, onde vêm ocorrendo sucessivos incêndios, regressou, ontem, a esta capital, a fim de prestar conta das suas atividades.

Como já noticiamos, essas patrulhas volantes foram organizadas pelo cel. Costa Cavalcanti, a pedido de senhores de engenhos e usineiros (por intermédio da Cooperativa) que vêm sofrendo prejuízos incalculáveis, com os constantes incêndios que ora ocorrem.

A volante comandada pelo sargento Severino Batista percorreu cinco Municípios - Ribeirão, Rio Formoso, Cortês, Amaragi e Gamaleira. Nada menos de 150 engenhos e propriedades agrícolas compreendidas na zona daqueles Municípios foram visitados com a finalidade de reprimir os sucessivos incêndios de canaviais.

O comandante da volante apresentou um relatório sucinto das suas atividades na zona da mata, relacionando todos os engenhos visitados e bem assim a prisão de incendiários que se acham recolhidos à Cadeia Pública de Ribeirão, com exceção de um menor que foi colocado à disposição do juiz da Comarca.

O sargento Severino Batista também apresentou ao secretário da Segurança, uma vela, uma trança de macambira e um outro pedaço de erva seca com vários pedacos de fósforos que são utilizados na queima de canaviais. Copias dos depoimentos prestados pelos incendiários presos foram também trazidas para a Secretaria da Segurança. Desses depoimentos pode-se deduzir que as queimas não são rigorosamente criminosas, pois os camponeses justificam aqueles atos com várias alegações, inclusive com a de que queimando parte das folhas secas terão facilitadas suas tarefas de corta.

Ignorando a facilidade de combustão daquelas folhas secas, ficam escandalizados com a propagação rápida das chamas e não raro gritam por seus companheiros para que os ajudem na extinção do fogo. Ocorre que nem sempre isso é possível, daí os prejuízos ocasionados com essa prática de queima de folhas secas. Temendo as consequências, costumam depois abandonar o trabalho, procurando outros engenhos, conforme consta do depoimento de Severino Martins da Silva.

Os camponeses que se encontram recolhidos na Cadeia de Ribeirão são Possidônio Alves da Silva, Severino José da Silva, este mandou um menor atear fogo nas casas), Severino Martins da Silva e Jurandir Simão da Silva. Um deles afirmou que pretendeu destruir uma casa de marimbondo, e preparou um facho. Aconteceu que o fogo propagou-se às folhas secas e um incêndio perigoso destruiu grande extensão de plantação de cana.

A volante comandada pelo sargento Severino Batista, retornará à zona da mata, após uma curta permanência nesta capital.

### Agora em Jaboatão

## Canaviais continuam sendo queimados; ação repressiva é reduzida

JABOATÃO. (Do correspondente Van-Hooven Ferreira Veloso) - Os incêndios de canaviais, provocados por mãos criminosas, vêm-se alastrando dia a dia e ocasionando sérios prejuízos à indústria canavieira. Não é possível que esse estado de coisas permaneça em ritmo alarmante de destruição, sem que se possa tomar uma eficiente medida de repressão para impedir que verdadeiros criminosos continuem levando a termo esse premeditado e nefando atentado à economia da principal fonte de riqueza do Estado. A Usina Jaboatão agora mesmo está sofrendo sérios prejuízos na sua produção, em consequência de incêndios de canaviais em engenhos de sua propriedade, situados neste município.

O fogo ou queima torna as canas azedas e daí a baixa da produção.

Nos últimos dias de dezembro até o presente foram assinalados vários incêndios, a maioria dos quais criminosamente provocados no dia de Natal. No engenho Marajó mais de 2.000 toneladas de cana foram destruídas pelo fogo; outros incêndios se verificaram nos engenhos Casão, Bom Dia (município de Moreno), Fazenda Sussurra e Taboquinha, onde cerca de 20 toneladas de cana foram também destruídas.

Áreas enormes de plantação, dificilmente se poderá impedir a ação nefasta dessas sabotadoras. E, desse modo, os prejuízos da indústria açucareira vão-se avolumando e não se pode prever até onde irão chegar as consequências provocadas pela destruição.

Suspeitos mecorra que incendiaram canaviais da Usina Jaboatão R.A. deste município

Os incendiários Severino José da Silva, Possidônio Alves e J. S., ladeados pelo sargento E. Ueta, e um soldado da Patrulha Volante.



Figura 04 - Jornal do Commercio, 14 de janeiro de 1960.

O *Diário de Pernambuco* nomeava os trabalhadores de incendiários. Desse modo, já os apresentava como criminosos. A fotografia deles presente na reportagem, na qual aparece uma criança, ladeados por policiais, reforçava esse lugar do crime, da desordem social, contraposto e reforçado pela ordem e legalidade que os policiais representariam<sup>13</sup>.

Os relatórios e interrogatórios produzidos pelos agentes da Dops sobre o mesmo caso podem ser contrapostos à notícia veiculada pela imprensa. Foram presos e interrogados os trabalhadores rurais Possidônio Alves da Silva, Severino José da Silva, Severino Martins da Silva e Jurandir Simão da Silva. A conclusão do sargento Severino Batista, responsável pela investigação nos engenhos, afirmava que os incêndios não eram rigorosamente criminosos. As lógicas do sentido de crime apresentadas pela imprensa e pelo relatório do sargento eram distintas. Em um dos depoimentos, o trabalhador admitiu ter queimado a cana para que o dono do engenho fosse obrigado a cortar. Desse modo, o canavieiro poderia conseguir algum dinheiro emergencial para o sustento da família. O sargento ressaltou que a situação desse trabalhador era de extrema pobreza, produzindo assim outra leitura e uma justificativa para aquele ato classificado por parte da imprensa como criminoso<sup>14</sup>.

A fotografia onde aparecem Possidônio Alves da Silva, Severino José da Silva e Jurandir Simão da Silva ao mesmo tempo em que indica os cidadãos suspeitos e cria uma contraposição entre esses e os representantes da lei, lança mão também de uma estética da desordem<sup>15</sup>. Os trabalhadores presos aparecem na fotografia com a aparência descuidada, mal vestidos, um olhar triste e resignado. Os policiais apresentavam as características opostas. Essa estética da imagem buscava atribuir a ideia da desordem a esses trabalhadores e, assim, passava a indicá-los como criminosos.

Deve-se pensar que esse tipo de composição fotográfica publicada nos jornais criava um discurso visual sobre os trabalhadores rurais e seus movimentos sociais nos

---

<sup>13</sup> Além do *Diário de Pernambuco*, ver também o *Jornal do Comércio* de 14 de janeiro de 1960. Pág. 07

<sup>14</sup> Prontuário Funcional nº 29177 – Liga Camponesa de Ribeirão. Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE

<sup>15</sup> Utilizo a ideia de estética da desordem apresentado nas análises de MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes. O DEOPS e a imagem da subversão, 1935-1945*. São Paulo. Imprensa Oficial/Humanitas/FAPESP, 2008. p. 109.

primeiros anos da década de 1960. A imagem dos camponeses baleados em frente ao escritório da Usina Estreliana deveria se inserir nesse discurso. Não posso afirmar que essa era a primeira vez que uma fotografia de trabalhadores mortos aparecia publicada nos jornais, pois seria necessário outras pesquisas. Contudo, pode-se pensar que muito provavelmente com tanto destaque e na primeira página, era algo incomum.

Mas, a fotografia das mortes na Usina Estreliana não destacava pessoas assassinadas por usineiros e seus capangas. Apresentava possíveis criminosos, ao menos cidadãos suspeitos, ou ainda trabalhadores que seguiam líderes de movimentos sociais, como Francisco Julião das Ligas Camponesas, considerados criminosos por parte da imprensa. A *sensacional fotografia*, como enunciava o *Diário de Pernambuco*, operava com a ideia do instante decisivo que captaria a realidade e a revelaria para o leitor. O fotógrafo atuaria como testemunha ocular da história. Desse modo, a imagem publicada apresentava um fragmento e o tomava como evidência de uma realidade global de violência no campo produzida por líderes políticos subversivos que mobilizavam centenas de trabalhadores para alcançar seus objetivos revolucionários<sup>16</sup>.

Essa dita realidade captada/fotografada, no entanto, ganhava sentido na relação da imagem com os textos publicados no jornal. O leitor do *Diário de Pernambuco*, no dia 09 de janeiro, após ver a fotografia na 1ª página, poderia ler duas páginas depois, no editorial desse periódico, a seguinte afirmação sobre o ocorrido na Usina Estreliana:

E somente uma cegueira irremediável lograria empanar o sentido derradeiro destes episódios: trata-se de plano maduramente executado, no sentido de apressar a subversão que vem a galope, atirando na liça a exaltação de instintos primários de uma patuléia desenfreada, habilmente manobrada por artífices da desordem, visando a destruir a ordem vigente – cheia de erros, sem dúvida, necessitando de revisão urgente e de base, mas, de qualquer modo, merecedora de respeito, porque alicerçada no disciplinamento jurídico ainda dominante que terá de ser substituída por etapas, sob pena de, aluída em seus fundamentos, dar lugar ao caos, à orgia, à subversão de tudo<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Dialogo aqui com as idéias de Boris Kossoy que investigou os usos da fotografia pela polícia para a produção da subversão enquanto realidade. KOSSOY, Boris. *Imágenes y movimientos sociales brasileños a través de los archivos DEOPS/SP: Una radiografía*. In CASTILLO TRONCOSO, Alberto del; MONROY NASR, REBECA (Coord.). *Caminar entre fotonos: formas y estilos de La mirada documental*. México. Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013. pp. 43-57.

<sup>17</sup> *Subversão em marcha*. *Diário de Pernambuco*, 09 de janeiro de 1963. p. 03. APEJE.

O sentido primeiro oferecido para o ocorrido na Usina Estreliana consistiria, de acordo com o editorial, com a execução de um plano subversivo que visava destruir a ordem. Utilizava-se para isso de *instintos primários de uma patuleia desenfreada*, ou seja, a população de trabalhadores rurais pobres e ignorantes manipulada por líderes que desejavam implantar o caos.

Apesar de não descolar a imagem dos trabalhadores da ideia do crime ou da condição do suspeito – eram essa ideia e essa condição que justificavam a morte daquelas pessoas e sua exibição pública – o jornal apresentava outro nível de práticas e de discursos que colocava esses mesmos trabalhadores a serviço da subversão, orquestrado por líderes de uma corrente política revolucionária. Nesta estariam Miguel Arraes, que tomaria posse como governador de Pernambuco no final daquele mês de janeiro, Francisco Julião, eleito deputado federal em outubro de 1962, e João Goulart, que acabava de recuperar seus plenos poderes como presidente ao derrotar o parlamentarismo no plebiscito realizado dias antes do assassinato na Usina Estreliana.

Deve-se atentar que nas 1ª páginas do *Diário de Pernambuco* dos dias 08 e 09, onde foram publicadas fotografias sobre o ocorrido na Usina Estreliana, as manchetes destacavam a derrota do parlamentarismo e a formação da nova equipe de governo por João Goulart<sup>18</sup>, que intensificaria as propostas das reformas de base, entre elas, a reforma agrária: *Plebiscito deu “não” esmagador ao parlamentarismo: resultados e João Goulart inicia sondagens para formar o novo ministério*.

Especificamente sobre as mudanças políticas em Pernambuco o editorial do dia 09 de janeiro, afirmava:

Uma corrente política – os fatos ainda estão vivos na memória geral – adotou como linha de sua luta triunfante de conquista do poder, o programa revolucionário de apontar os donos de terras, sobretudo na mata, como os responsáveis supremos pelas desgraças da coletividade. [...] Natural, assim, que próximo a concretizar-se a hegemonia político-administrativa dos “donos” da nova cruzada, o meio rural, perigosa e criminosamente trabalhado, comece a movimentar-se, atacando engenhos e usinas, na sofreguidão incontida do

---

<sup>18</sup> GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Ver capítulo 9.

vitorioso que vê tardar a consecução dos objetivos por que lutou e venceu<sup>19</sup>.

A frente política de esquerda comandada por Miguel Arraes que assumiria o governo de Pernambuco no final de janeiro de 1963 era acusada de promover a movimentação violenta do *meio rural* contra os latifundiários da Zona da Mata. A mudança na ordem político-partidária fazia com que os camponeses deixassem de ser os protagonistas da desordem, sendo um joguete dentro do plano subversivo maior, que havia logrado conquistar a *hegemonia político-administrativa*. Isso não significava que eles saíssem da condição de suspeitos e de criminosos, mas integrassem a engrenagem que colocava a *subversão em marcha*, como enunciava o título do editorial do *Diário de Pernambuco*.

O editor-chefe do jornal, Costa Pôrto, que provavelmente por ocupar tal posição participou da escolha da fotografia que ocupou a 1ª página do dia 09 de janeiro, afirmava em um pequeno artigo publicado no dia seguinte:

A culpa maior, entretanto, não é desta pobre gente mas dos que se improvisam de líderes, de condutores, de “salvadores”, estimulando-lhes os piores instintos, pregando a subversão às claras, construindo um fatal “plano inclinado” que ainda lhe vai dar dor de cabeça. Porque rompidos os diques, não há quem possa conter a massa doida e enfurecida. [...] Muito populista profissional deveria, a estas horas, estar com as barbas de molho: semearam-se ventos, agora é a vez de colher tempestades, que virão, ninguém se iluda, e quando vierem vamos ver quem lhes escapa à ação destruidora<sup>20</sup>.

O texto de Costa Pôrto reitera a ideia dos falsos líderes que incentivavam a mobilização dos camponeses, que por sua vez são apresentados em diálogo com as classificações já presentes nas narrativas visuais dos jornais. Esses trabalhadores são os culpados, mesmo não tendo a *culpa maior*, possuem os *piores instintos*, constituem uma *massa doida e enfurecida* que promoverá uma *ação destruidora*. O que o usineiro José Lopes e seus capangas fizeram na manhã da segunda-feira, 07 de janeiro de 1963, foi,

---

<sup>19</sup> *Subversão em marcha*. Diário de Pernambuco. Op. Cit.

<sup>20</sup> *Plano inclinado*. Diário de Pernambuco, 10 de janeiro de 1963. p. 03. APEJE.

de acordo com os significados circulados pela imprensa, conter essa massa, combater esses instintos e a destruição promovida por eles, fato comprovado pela *sensacional fotografia* publicada dois dias depois na 1ª página do Diário de Pernambuco. Era uma tragédia, contudo, necessária e justificada.

### Operativo militar na Mata Sul

Ainda no dia 09 de janeiro de 1963, outra fotografia sobre o acontecido na usina Estreliana foi publicada no *Diário de Pernambuco*. Nesse caso, a foto apareceu na página 07, junto a diversas notícias policiais.



Figura 05 - Diário de Pernambuco, 09 de janeiro de 1963. p. 07



O CONFLITO DA «ESTRELIANA» — O tenente Pompeu Florenço, delegado de Ribeirão e o sargento comandante do destacamento policial daquele município, na esplanada da Usina Estreliana, contemplam mortos e feridos no conflito ali ocorrido anteriormente, entre camponeses e operários. A fotografia foi tirada cerca de meia hora após a luta. O delegado chegou a prender em flagrante numerosos camponeses e providenciou a remoção dos feridos para o hospital de Escada, onde três deles ainda se acham internados com ferimentos a peixeira e arma de fogo.

De acordo com sua legenda, a imagem mostrava policiais contemplando a mortos e feridos na esplanada da Usina Estreliana. Pode-se pensar uma aproximação entre esta composição fotográfica e as anteriores que apresentavam os policiais e os incendiários ditos criminosos. Na foto acima, entretanto, eram os policiais e os trabalhadores rurais que haviam, segundo o jornal, tentado matar o usineiro José Lopes ao reivindicarem o pagamento do 13º salário. Em certa medida, a estética da desordem, que estabelecia uma oposição entre trabalhadores e policiais, permanece. Contudo, os cidadãos suspeitos de serem criminosos que antes apareciam com olhar resignado ao lado dos policiais, agora estão no chão, mortos ou gravemente feridos. Os policiais, por sua vez, continuam de pé, encarando firmemente a câmera do fotógrafo. A mudança na composição fotográfica adquire significado quando relacionada com a alteração no quadro político, provocado pelos resultados das eleições de outubro de 1962 e o dito avanço da subversão, destacados nos textos do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Comércio*. Ou seja, a *marcha da subversão* provocaria o recrudescimento da violência, com mortos e feridos. As vítimas dos usineiros e seus capangas sempre existiram, mas ficavam, na maioria das vezes, apenas nos canaviais e nos sítios dos engenhos, invisíveis para o grande público. Agora, passaram a ocupar as páginas dos principais jornais do estado, mas não como uma denúncia da violência praticada pela elite agrária. Desejava-se anunciar a gravidade daquele momento e a forma como alguns usineiros, como José Lopes, atuavam frente à mobilização de trabalhadores rurais.

Após os assassinatos ocorridos na usina Estreliana, iniciou-se uma operação da polícia militar nos engenhos da mata sul de Pernambuco atendendo ao pedido de donos

de engenho. O general Salvador Batista do Rêgo, Secretário de Segurança Pública do governador Cid Sampaio, informava que a polícia estava pronta para atender a todos os proprietários de engenhos e usinas que estivessem, segundo ele, com suas propriedades e vidas sob ameaça. Ainda declarava na imprensa, que os usineiros, na qualidade de industriais, poderiam armar legalmente os seus vigias, formando uma *tropa de defesa contra a dilapidação do seu patrimônio*<sup>21</sup>.

Alguns jornais de Pernambuco e do sudeste do Brasil, como *O Globo*, publicaram notícias, inclusive na 1ª página, sobre o clima de ameaça e medo que haveria se instaurado no meio rural de Pernambuco. Veicularam imagens de policiais se deslocando para a Mata Sul do estado e de pequenos batalhões fortemente armados constituídos pelos vigias dos engenhos e usinas. Segundo esses periódicos, a desordem havia se instalado.

O discurso do Secretário de Segurança Pública de Pernambuco e as reportagens dos jornais justificavam o uso de armamentos por parte de alguns usineiros e donos de engenho. A utilização da força policial do Estado pelos usineiros já era prática comum há alguns anos. O episódio da usina Estreliana foi utilizado para potencializar esse uso do aparelho repressivo do Estado para atender a interesses particulares dos latifundiários. Segundo *O Globo*, Fábio Correia, deputado estadual pela UDN e proprietário da usina Cachoeira Lisa, vizinha a Estreliana, na madrugada do dia 09 de janeiro seguiu para suas terras acompanhado de uma volante da polícia militar de Pernambuco<sup>22</sup>.

Ainda de acordo com o jornal, vários proprietários de terras pernambucanos fizeram uma visita ao comandante da 7ª Região Militar, general Antonio Carlos Murici. Pediram garantias do Exército as suas propriedades e as suas vidas que estariam ameaçadas por integrantes das Ligas Camponesas. Segundo o jornal, o general Antonio Carlos Murici reconheceu a gravidade do momento, mas informou que o Secretário de Segurança Pública do Estado era quem tinha a competência para oferecer as garantias pleiteadas.

---

<sup>21</sup> *Volantes da PMP vão proteger os engenhos e usinas da Zona Sul*. Jornal do Comércio, 10 de janeiro de 1963. p. 03. APEJE.

<sup>22</sup> *Prontidão da PM pernambucana: cresce a agitação no interior*. O Globo, 11 de janeiro de 1963. p. 06. Fundação Biblioteca Nacional.

A relação entre latifundiários e setores do Estado na repressão aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais era de colaboração naquele janeiro de 1963. A partir do mês seguinte, com a posse de Miguel Arraes, o novo governador tentou alterar essa relação, exigindo que a polícia deixasse de atuar sempre em favor dos proprietários e se posicionasse de modo a mediar os conflitos na zona da mata de Pernambuco. Ou seja, a força policial não estaria mais a disposição para atender aos interesses particulares de usineiros e donos de engenho como era de costume<sup>23</sup>.

Contudo, a relação de representantes da elite agrária com o Exército muito provavelmente se manteve e se fortaleceu durante o ano de 1963 e o seguinte. Apesar de *O Globo* publicar a informação de que o general Antonio Carlos Murici não iria atender as demandas por garantias dos latifundiários, sabe-se que esses se armaram cada vez mais fortemente. Segundo o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gameleira, José Sebastião, que em 1963 trabalhava como cabo nos canais desse município, o arsenal existente nas mãos dos proprietários de terra era *pesado*<sup>24</sup>.

Uma entrevista concedida pelo médico Fernando Barbosa ao projeto *Marcas da Memória*, em 2011, oferece um indício de onde poderia vir essas armas. No início da década de 1960, Fernando era estudante do curso de medicina, integrante da juventude comunista do PCB e ainda participava das Ligas Camponesas. Durante algum tempo nesse período, ele serviu ao Exército. Em um determinado dia, estando na Ajudância Geral do 4º exército, em Recife, escutou um diálogo entre dois militares que debatiam como as armas enviadas para usineiros e senhores de engenho na Mata Sul de Pernambuco regressariam às Forças Armadas. Fernando recorda que a pessoa responsável por receber as armas oriundas do Exército e distribuí-las entre os proprietários da região era José Lopes de Siqueira Santos.

[...] quem tinham as armas eram os usineiros, porque eu estava na Ajudância geral do 4º Exército em 1961 e vi quando um Coronel, como era o nome dele meu Deus? Eu sei que ele discutia com o Bismarck e com o Albuquerque, porque que as armas estavam saindo da 7ª Região Militar para entregar a José

---

<sup>23</sup> Ver CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. A revolução sem violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. DABAT, Christine Rufino. *Uma caminhada penosa: a extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco*. In Revista Clio Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2. Recife. Editora Universitária da UFPE. 2008.

<sup>24</sup> Entrevista com José Sebastião. Gameleira, 21 de julho de 2014.

Lopes de Siqueira Santos na usina, e José Lopes distribuir com os usineiros da Zona da Mata Sul para combater os Sindicatos Rurais, como é que se ia recolher essas armas? Porque as armas não podiam ser emprestadas, armas privativas das Forças Armadas, não podiam ser emprestadas a civis. Eu sei que os três oficiais, coronéis estavam discutindo isso, e eu caladinho trocando de roupa, eles não me viram. E eu passei isso para o pessoal. Eu digo: olhe está acontecendo isso, eles estão distribuindo armas, e a pessoa que está pegando as armas é a José Lopes de Siqueira Santos. E você vê que em 1964, ele metralhou o pessoal com as armas do Exército na usina, matou um monte de gente<sup>25</sup>.

É necessário dizer que não tomo esse relato de memória como prova do vivido. Entendo que esse e outros tipos de documentos indicam sinais de um passado. No caso da memória, contudo, deve-se acrescentar que ela sofre ressignificações constantes, em diálogo com o presente de onde se fala do passado. *A memória não se apodera diretamente do passado, mas o recompõe com os presentes*<sup>26</sup>.

O relato de Fernando Barbosa foi elaborado em relação com um presente composto por projetos de memória, como o *Marcas da Memória*, e atuações das Comissões da Verdade que criaram um espaço público para se debater o golpe de 1964 e a ditadura e estimularam a produção de memórias. A partir desse impulso do presente, Fernando narrou sua trajetória junto ao movimento camponês em Pernambuco, destacando em vários momentos, como no trecho transcrito acima, a violência praticada por usineiros e senhores de engenho.

Ainda são necessários outros documentos para formular uma análise mais consistente do que foi essa associação operacional e repressiva entre o Exército e os latifundiários em Pernambuco. Mas, a memória de Fernando Barbosa oferece indícios de que ela funcionou. Esses indícios são reforçados ao se relacionar o seu relato de memória com a notícia d'*O Globo* de que senhores de engenhos de Pernambuco procuraram o General Antonio Carlos Murici, em janeiro de 1963, para pedir o apoio do Exército na repressão contra os trabalhadores rurais. Se por um lado o governador

---

<sup>25</sup> Fernando Barbosa. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe da UFPE). Recife, 18/10/2011. pp. 18-19.

<sup>26</sup> DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006. p. 54.

Miguel Arraes tentava barrar o uso patrimonialista da Polícia Militar de Pernambuco pelos latifundiários, por outro o Exército e alguns usineiros pareciam manter e talvez reforçar suas relações colaborativas e repressivas.

Pode-se conjecturar ainda que os trabalhadores mortos na usina Estreliana foram atingidos por disparos de armas oriundas do Exército. Isso é uma possibilidade construída a partir dos documentos já apresentados neste tópico, mas requer maior investigação. Dialoga ainda com uma linha de investigação apresentada, por exemplo, no livro *Retrato da repressão política no campo*, que procurou romper o silêncio sobre a repressão praticada no meio rural, caracterizando-a como complexa e diversificada em suas formas, constituída por ações de impacto e ostensivas, como assassinatos, e outras mais sutis, cotidianas. Além disso, localizando-a temporalmente antes a 1964, ou seja, a realização do golpe civil-militar e definindo-a como *uma aliança unindo as oligarquias rurais e as forças do Estado*, exacerbada no regime militar<sup>27</sup>.

O assassinato de trabalhadores na Usina Estreliana indicava a existência de uma repressão política, apoiada por setores do Estado, que entre outros objetivos, tentava barrar a luta pela aplicação da lei que concedia direitos trabalhistas e, por conseguinte, a construção de uma cidadania para homens e mulheres pobres do meio rural.

### **13º salário**

Os trabalhadores que se dirigiram a esplanada da Usina Estreliana em janeiro de 1963 reivindicavam o pagamento do 13º salário. É possível que nem todos soubessem sobre o tal *abano de natal*, mas alguns integrantes tinham conhecimento sobre o conteúdo do ofício da Delegacia Regional do Trabalho, confirmando o direito do recebimento do dinheiro extra.

A lei nº 4090, de 13 de julho de 1962, instituíu o direito dos trabalhadores receberem o pagamento de um salário extra. Esse direito foi rapidamente incorporado às reivindicações de parcela dos trabalhadores, tanto que, poucos meses depois da

---

<sup>27</sup> CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011. p. 27. Ainda sobre a repressão no campo ver VIANA, Gilney. *Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2013; CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA (CNRA). *Violência no campo*. Petrópolis: Vozes/Ibase, 1985.

promulgação da lei, em janeiro de 1963, um grupo foi reivindicar o pagamento do benefício ao dono da usina Estreliana. Pode-se pensar que eles conheciam parte da legislação trabalhista e sabiam como operá-la. Provavelmente, tal situação foi influenciada pelos vários anos de atuação das Ligas Camponesas, desde meados da década de 1950. Seu principal líder, Francisco Julião, organizava os trabalhadores para lutarem por seus direitos na justiça comum, já que antes de 1962 ainda não existiam Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho instalado na Zona da Mata de Pernambuco<sup>28</sup>. Ou seja, a prática de usar a legislação e o campo jurídico para reivindicar melhorias de vida não era algo totalmente novo em 1963.

Alguns dias após o ocorrido na usina Estreliana, um grupo de trabalhadores rurais, liderados por Luis Serafim, e filiados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Jabotão, Moreno, São Lourenço, Paudalho e Gloria de Goitá afirmaram ao *Jornal do Comércio* qual o objetivo das mobilizações que estavam ocorrendo nos primeiros dias daquele ano de 1963 na Zona da Mata de Pernambuco, incluindo a realizada no município de Ribeirão:

Estamos fazendo um movimento reivindicatório do 13º mês e o pagamento do salário correspondente à região [...] Não queremos violência e sim o que é nosso. Queremos os mesmos direitos que tem o operário da capital. Exigimos salário da região, oito horas de trabalho e descanso semanal<sup>29</sup>.

Indagado pelo repórter por que não procurava entendimento diretamente com administradores das usinas, respondeu: *Preferimos, primeiro, manter entendimentos com o delegado regional do Trabalho*<sup>30</sup>. O arbítrio do Estado parecia interessar cada vez mais aos trabalhadores.

Do lado dos usineiros, a novidade do 13º salário e as mobilizações dos trabalhadores em torno do seu pagamento exigiam novas estratégias de ação, novos agenciamentos institucionais. Em alguns casos, como na Usina Muribeca, em Jabotão, os proprietários buscaram negociar com os trabalhadores o pagamento do chamado

---

<sup>28</sup> Há referências a essas práticas na entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliana Mouri Fernandes da Fundação Joaquim Nabuco em 1982 e no livro *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Ed. Bagaço, 2009, no qual Julião relembra suas ações e estratégias desenvolvidas como líder das Ligas Camponesas. p. 141.

<sup>29</sup> *Volantes da PMP vão proteger os engenhos e usinas da Zona Sul*. *Jornal do Comércio*. Op. Cit.

<sup>30</sup> *Volantes da PMP vão proteger os engenhos e usinas da Zona Sul*. *Jornal do Comércio*. Op. Cit.

abono de natal<sup>31</sup>. Em Ribeirão, como se sabe, José Lopes tratou o assunto na bala. Contudo, além desse enfrentamento ou negociação direta com os trabalhadores, os usineiros e donos de engenho procuraram outros meios de ação. Um deles está registrado na ata da reunião de 09 de janeiro de 1963, realizada na sede do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA<sup>32</sup> – na cidade do Rio de Janeiro.

Dela participou o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco e deputado estadual Francisco Falcão. Ele incluiu o tema do assassinato dos trabalhadores na pauta da reunião, questionando aos demais participantes se havia legalidade e obrigatoriedade para o pagamento do 13º salário naquele ano de 1963. E no caso de existir, como ele seria realizado, visto que, segundo o deputado, os proprietários de terras não tinham orçamento disponível para isso<sup>33</sup>.

A transcrição do debate em ata ocupa quase 20 páginas. O discurso inicial do presidente do IAA, Manoel Gomes Maranhão, revela a forma de tratar o tema por parte daquele órgão: *O fato ocorrido na Usina Estreliana, em Pernambuco, traduz a gravidade da situação nos Estados, sobretudo no de Pernambuco e Alagoas, pois o acontecido naquela usina, de propriedade do nosso caro José Lopes, realmente merece maior atenção*<sup>34</sup>. Primeiro, a *gravidade da situação* se traduziu, pelo que é nomeado de ações promovidas por agitadores políticos que tratavam de mobilizar os camponeses para realizarem atos violentos no meio rural. A luta por direitos trabalhistas era associada à ideia da desordem social tão presente nos discursos de amplos setores da imprensa, como já demonstrado. Depois, a referência ao dono da Estreliana, *nosso caro José Lopes*, indica a relação de latifundiários, representado na reunião por Francisco Falcão, e setores do Estado, nesse caso o IAA e o Ministério do Trabalho. O usineiro era considerado vítima de agitadores e as agitações sociais e políticas foram, no decorrer da ata, utilizadas para justificar a necessidade de um apoio maior por parte do governo

---

<sup>31</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Trabalhadores Rurais e Justiça do Trabalho em Tempos de Regime Civil-Militar*. In: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira(Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História*. 01ed.Campinas: Editora UNICAMP, 2013. p. 317.

<sup>32</sup> O Instituto do Açúcar e do Alcool foi criado em 1933, pelo presidente Getúlio Vargas, como uma ação de intervenção do Estado na economia açucareira. Estabelecia um sistema de quotas de produção para cada uma das regiões açucareiras, garantia preços mínimos para o açúcar e o financiamento da produção. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

<sup>33</sup> Ata da 1ª Sessão 09.1.63. Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1963. p. 2. Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand.

<sup>34</sup> Ata da 1ª Sessão 09.1.63. Op. Cit.

aos latifundiários. O assassinato dos trabalhadores se transformou em argumento para expor uma dita dificuldade da classe em saldar suas obrigações trabalhistas. Logo, o governo, em face da gravidade da situação, deveria intervir com novos financiamentos. Segundo reportagem do jornal *O Globo*, de 11 de janeiro de 1963, dois dias depois da reunião no IAA, *o Banco do Brasil em Pernambuco tomará providências para atender às usinas e engenhos que não tenham conseguido financiamento para o pagamento do 13º salário, com o que se tirará aos agitadores o pretexto para as ameaças e tumultos dos últimos dias*<sup>35</sup>.

Além disso, o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco consegue que seja publicada no dia seguinte, nos principais jornais, uma nota de apoio do IAA à Associação. E por fim, consegue que o IAA, por meio do senhor José Ribamar, que é identificado em ata como amigo do Ministro do Trabalho, Benjamin Eurico Cruz, interpele esse Ministério sobre o auxílio aos usineiros e senhores de engenho para o pagamento do 13º salário.

A luta dos trabalhadores por uma cidadania - nesse caso a reivindicação do cumprimento de um direito trabalhista - era convertida pela elite agrária, através do agenciamento da imprensa, do Exército e do Estado - IAA, como um modo de manter seu poder e mesmo reforçá-lo, por meio da busca de novos apoios, seja do governo, seja de amplos setores da sociedade.

### **Considerações Finais**

Por meio do assassinato de trabalhadores na usina Estreliana, em 07 de janeiro de 1963, procurou-se estudar o cruzamento de algumas questões políticas e sociais em pauta naqueles primeiros anos da década de 1960. A análise desse caso possibilitou investigar as práticas de violência dos usineiros e donos de engenhos contra as reivindicações dos trabalhadores rurais. Mas também, o apoio oferecido por setores das Forças Armadas a essa elite agrária. Pode-se ainda pensar como a luta desses trabalhadores foi criminalizada na imprensa, por meio de textos e fotografias que produziam a Mata Sul de Pernambuco como sendo um lugar de desordem, crime e caos político e social. Por fim, as discussões sobre o ocorrido na usina Estreliana apresentou

---

<sup>35</sup> *Prontidão da PM pernambucana: cresce a agitação no interior*. O Globo, 11 de janeiro de 1963. Op. Cit.

o debate acerca do pagamento do 13º salário para o trabalhador rural e como alguns desses incorporaram rapidamente esse novo direito às suas reivindicações, passando a ser um fator de mobilização no meio rural.

Não se deve perder de vista, contudo, que os usineiros e donos de engenho souberam utilizar essas mobilizações para elaborar estratégias e criar efeitos que reforçassem seu poder ameaçado, em alguma medida, pelo movimento camponês. O uso da imprensa e a busca de apoio no Exército, na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e no Instituto do Açúcar e do Alcool indicavam as manobras, táticas e técnicas aplicadas na manutenção de um poder.

Nessa pesquisa, o poder da elite agrária não é pensado apenas como o exercício da negação. A violência praticada diretamente contra os trabalhadores revela somente um nível, que é o da repressão, da proibição desse grupo social de fazer política e lutar pela sua cidadania. Entretanto, os textos publicados na imprensa e as discussões registradas na ata de reunião do IAA demonstravam também que o poder diz sim.

Quando os latifundiários e os editoriais da imprensa reconheciam que os trabalhadores rurais deveriam ter suas condições de vida melhorada, não era apenas para tentar enfraquecer os líderes que, segundo eles, estavam usando as pessoas pobres para executar seus projetos políticos revolucionários. Costa Pôrto, editor-chefe do *Diário de Pernambuco*, afirmava: *É visível o mal estar, que lavra por toda parte, sobretudo no campo, o inconformismo, a convicção de que é necessário mudar muita coisa e mudar quanto antes [...] a vida rural está sendo um inferno [...] Não tem escola para ensinar o b-a-ba ao filho, não tem hospitais nem médicos que o tratem nas enfermidades*<sup>36</sup>. O reconhecimento da necessidade de melhoria na condição de vida dos trabalhadores por parte do mesmo jornal que os criminalizava apresentava o caráter positivo do poder, constituidor de mais uma estratégia para a manutenção desse poder. Era se utilizando das reivindicações do trabalhador pobre do meio rural que representantes dessa elite agrária justificavam o pedido de mais financiamento de bancos públicos para suas atividades, afinavam suas relações com o Exército e tentavam produzir um apoio social ainda mais amplo para suas ações. Entre janeiro de 1963 e março de 1964, essa dinâmica se intensificou cada vez mais.

---

<sup>36</sup> *Plano inclinado*. Diário de Pernambuco, Op. Cit.



## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964*. 7ª ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.
- BEZERRA, Gregório Lourenço. *Memórias (segunda parte)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.
- CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3º vol. Ed. DIFEL, São Paulo, 1981.
- CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA (CNRA). *Violência no campo*. Petrópolis: Vozes/Ibase, 1985.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CASTILLO TRONCOSO, Alberto Del. *Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968. La fotografía y la construcción de un imaginário*. México. Instituto Mora/CONACYT / Instituto de Investigaciones Sobre La Universidad y La Educación, 2012.
- CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. *La memória histórica y los usos de la imagem*. In: *História Oral*. v. 13, n.1, jan-jun 2010.
- DABAT, Christine Rufino. *Uma caminhada penosa: a extensão do Direito trabalhista à zona canvieira de Pernambuco*. In *Revista Clio Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 26-2. Recife. Editora Universitária da UFPE. 2008.
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Ed. Bagaço, 2009.

KOSSOY, Boris. *Imágenes y movimientos sociales brasileños a través de los archivos DEOPS/SP: Una radiografía*. In CASTILLO TRONCOSO, Alberto del; MONROY NASR, REBECA (Coord.). *Caminar entre fotonos: formas y estilos de La mirada documental*. México. Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. *O suspeito através das lentes. O DEOPS e a imagem da subversão, 1935-1945*. São Paulo. Imprensa Oficial/Humanitas/FAPESP, 2008.

MANJARREZ, Maricela González Cruz. *Momentos y modelos em la vida diária. El fotoperiodismo em algunas fotografías de la cidade de México, 1940-1960*. In: LOS REYES, Aurélio de (Coord.). *Historia de la vida cotidiana em México. Siglo XX. La imagen, espejo de la vida?* Tomo V. Volumen 2. Ciudad de México: El Colégio de México; Fondo de Cultura Económica.

MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Ed. Veja, 1979.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, proposta cautelares*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Trabalhadores Rurais e Justiça do Trabalho em Tempos de Regime Civil-Militar*. In: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira(Org.). *A Justiça do Trabalho e sua História*. 01ed.Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, Clodomir. *História das Ligas Camponesas no Brasil*. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil. História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve*. Rio de janeiro: Ed. Record, 1972.

PEREIRA, Anthony W. *O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos*. In: *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. n. 26-2. Programa de Pós-graduação em



História - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PORFIRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. da UFPE, 2009.

VIANA, Gilney. *Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2013.